



Governo do Estado do Mato Grosso do Sul
Secretaria de Estado de Receita e Controle
Concurso Público 2006

Agente Tributário Estadual

2ª Prova Objetiva (28/05/2006)

Instruções

- Você receberá do fiscal o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões formuladas na prova;
 - b) este caderno com o nome do cargo a que você está concorrendo e o enunciado das **60 (sessenta) questões**, sem repetição ou falha.
- Verifique se o material está em ordem, se seu *nome* e seu *número de inscrição* são os que aparecem na folha de respostas; **caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.**
- Ao receber a folha de respostas, é obrigação do candidato:
 - a) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas;
 - b) conferir seu **nome e número de inscrição**;
 - c) **assinar**, no espaço reservado, com caneta esferográfica azul ou preta, a folha de respostas.
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Reserve os **20 (vinte) minutos** finais para marcar a folha de respostas.
- Quando terminar, entregue a folha de respostas ao fiscal.
- O candidato só poderá levar consigo este caderno quando faltarem 30 (trinta) minutos para o término da prova.
- O rascunho no caderno de questões não será levado em consideração.
- O tempo disponível para esta prova será de **3 (três) horas**.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

1

O imposto denominado RICMS foi criado pelo Decreto Estadual 9.203/98 e incide sobre:

- (A) comunicação.
- (B) circulação de mercadorias.
- (C) transporte municipal.
- (D) produto industrializado.
- (E) bens imóveis.

2

Segundo o Decreto Estadual 11.803/05, a falta do Regime Especial de Controle e Fiscalização obriga o estabelecimento remetente a recolher o ICMS:

- (A) no momento da saída das mercadorias.
- (B) no momento da exportação efetiva das mercadorias.
- (C) no momento do ingresso das mercadorias no país.
- (D) no momento da entrega das mercadorias.
- (E) em qualquer momento.

3

Não cabe ao Estado do Mato Grosso do Sul instituir imposto sobre:

- (A) circulação de mercadorias.
- (B) prestação de serviços de comunicação.
- (C) prestação de serviços de transporte municipal.
- (D) transmissão *causa mortis*.
- (E) prestação de serviços de transporte interestadual.

4

Não está imune do ICMS a operação com:

- (A) petróleo destinado a outra unidade da federação.
- (B) produtos industrializados destinados ao exterior.
- (C) papel destinado à impressão de jornais.
- (D) ouro, como ativo cambial.
- (E) produtos semi-elaborados, destinados ao exterior.

5

Não é caso de suspensão da cobrança do imposto sobre circulação de mercadorias a remessa de:

- (A) mercadoria destinada a demonstração.
- (B) bem adquirido por leilão.
- (C) bem para depósito em outro Município.
- (D) mercadoria destinada à exposição ao público.
- (E) mercadoria destinada à formação de lote de embarque em outro Estado, para exportação.

6

São imunes dos impostos estaduais os itens a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) os livros pautados ou em branco
- (B) os serviços dos partidos políticos
- (C) o papel destinado à impressão de periódicos
- (D) os templos religiosos
- (E) o patrimônio dos municípios

7

A base de cálculo do ICMS em operação sem valor pode ser:

- (A) o custo da mercadoria em estabelecimento industrial.
- (B) o custo da mercadoria em estabelecimento comercial, mesmo que ela seja destinada a estabelecimento industrial.
- (C) o preço da mercadoria em estabelecimento comercial do domicílio do destinatário.
- (D) o custo da mercadoria em estabelecimento industrial, caso o remetente seja comerciante.
- (E) o preço corrente da mercadoria, ou sua similar, no mercado atacadista do local da operação.

8

No caso em que, para o cálculo do ICMS, seja tomado por base, ou se considere, o valor ou o preço de mercadoria, a autoridade lançadora, mediante processo regular, deve arbitrar aquele valor ou preço, **exceto** quando:

- (A) omissos os esclarecimentos prestados pelo sujeito passivo.
- (B) não mereça fé a declaração prestada por terceiro legalmente obrigado.
- (C) os esclarecimentos prestados não mereçam fé.
- (D) em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa e judicial.
- (E) for omissos o documento expedido por terceiro legalmente obrigado.

9

Para fins de substituição tributária em operações subseqüentes, a base de cálculo do ICMS será:

- (A) o preço final, mínimo ou único, fixado por órgão público competente.
- (B) o preço sugerido pelo fabricante, mesmo que não adotado pelos revendedores varejistas do respectivo produto.
- (C) o preço marcado pelo fabricante ou importador.
- (D) o valor obtido pelo somatório da margem de valor agregado, com exceção do lucro.
- (E) o valor obtido pelo somatório da operação e do valor do frete.

10

O "sistema especial de controle e fiscalização" a que o contribuinte for submetido **não** poderá acarretar:

- (A) prestação periódica, pela autoridade fiscal, de informações relativas às operações realizadas no estabelecimento.
- (B) plantão permanente no estabelecimento.
- (C) proibição de emissão de documentos fiscais relativos às saídas de mercadorias.
- (D) sujeição a regime especial de recolhimento de ICMS.
- (E) utilização obrigatória de livros ou documentos que o Fisco determinar.

11

O contribuinte pode ser submetido a "sistema especial de controle e fiscalização", **exceto** quando:

- (A) os elementos constantes de seus livros fiscais forem julgados insatisfatórios.
- (B) notificado para exibir livros, não o fizer no prazo concedido.
- (C) utilizar livro ou documento em desacordo com as finalidades previstas na legislação pertinente.
- (D) apenas atrasar o recolhimento do ICMS.
- (E) usar indevidamente equipamento destinado à emissão de documentos fiscais por sistema eletrônico.

12

A respeito da possibilidade de redução da alíquota do ICMS, pode-se afirmar que:

- (A) é autorizada a redução da alíquota, em determinados casos, até o limite da menor alíquota praticada no Estado.
- (B) é possível, desde que haja, ainda que mínimo, interesse do Estado.
- (C) não é possível, face à ofensa ao princípio da isonomia.
- (D) não é possível, porque é vedado pela Constituição da República.
- (E) é possível, com a finalidade de equilibrar o mercado.

13

Segundo o Código Tributário Estadual, **não** pode figurar como contribuinte de ICMS:

- (A) a cooperativa.
- (B) aquele que importe mercadoria do exterior, independentemente de sua finalidade.
- (C) aquele que adquira, em licitação, mercadoria importada apreendida ou abandonada.
- (D) órgão da Administração Pública.
- (E) o extrator, o pescador e o armador de pesca, na qualidade de produtores, desde que haja disposição.

14

A respeito do regime de apuração do imposto sobre circulação de mercadorias, pode-se afirmar que:

- (A) o direito de utilização do crédito extingue-se em três anos.
- (B) pode ser feito o cotejo periódico entre créditos e débitos, apenas quando se tratar de mercadorias.
- (C) não pode ser realizado o cotejo entre créditos e débitos em cada operação.
- (D) o imposto pode ser pago em parcelas periódicas e calculado por estimativa.
- (E) o imposto nunca pode ser calculado por estimativa.

15

O ICMS apurado e declarado pelo contribuinte, recolhido dez dias após o prazo regulamentar, face ação de autoridade fiscal, sujeita o devedor:

- (A) ao pagamento de juros compensatórios de 1% ao mês.
- (B) à multa moratória de 6% do valor do imposto.
- (C) ao pagamento de juros de mora de 0,5% ao mês.
- (D) ao pagamento, apenas, do valor corrigido.
- (E) à multa moratória de 2% do valor do imposto.

16

A respeito da margem de valor agregado, utilizável na base de cálculo do ICMS, pode-se afirmar que:

- (A) deve ser fixada apenas com base nos preços usualmente praticados no mercado estadual, obtidos, sempre, por meio de levantamento.
- (B) pode ser fixada com base em informações e outros elementos fornecidos por quaisquer outras empresas.
- (C) deve ser fixada com base nos preços usualmente praticados no município do remetente.
- (D) pode ser fixada com base nos preços usualmente praticados no Estado, por meio de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos setores respectivos.
- (E) pode ter por base acordo firmado com entidades representativas de setores exclusivamente atacadistas que comercializam a mercadoria.

17

A respeito das alíquotas de ICMS fixadas no Estado do Mato Grosso do Sul, é **incorreto** afirmar que:

- (A) é de vinte e sete por cento nas prestações internas de serviços de comunicação.
- (B) é de treze por cento nas exportações para o exterior de mercadorias e serviços de comunicação, acaso tributáveis.
- (C) é de dezessete por cento nas operações internas com energia elétrica destinada a produtores.
- (D) é de vinte e cinco por cento nas operações internas e de importação com gasolina automotiva.
- (E) é de vinte por cento nas prestações internas de serviços de transporte.

18

A respeito do levantamento fiscal, pode-se afirmar que:

- (A) é forma de apuração do movimento presumido tributável pelo estabelecimento em determinado período.
- (B) para sua apuração deve ser considerado, exclusivamente de forma conjunta, o valor das mercadorias entradas e das mercadorias saídas.
- (C) na sua apuração devem ser considerados os estoques, inicial e final, as despesas, outros encargos e o lucro do estabelecimento.
- (D) o lucro do estabelecimento não traz qualquer influência na apuração.
- (E) apenas a entrada e saída das mercadorias, os estoques e os lucros devem ser considerados.

19

As mercadorias que, em razão de apreensão ou do julgamento definitivo do processo fiscal, não forem retiradas ou liberadas dentro de sessenta dias:

- (A) serão consideradas abandonadas.
- (B) serão levadas a leilão por leiloeiro oficial, exclusivamente.
- (C) serão devolvidas ao fornecedor.
- (D) serão consideradas esquecidas.
- (E) serão adjudicadas ao Estado.

20

A respeito da devolução de mercadorias apreendidas, pode-se afirmar que:

- (A) deve ser feita quando não houver impedimentos para comprovação da infração.
- (B) quando se tratar de documentos e livros, deve-se extrair cópia integral deles.
- (C) somente deve ser autorizada se o interessado efetuar o pagamento das despesas de apreensão, ainda que exista a pendência na apresentação de documentos.
- (D) se as mercadorias forem de rápida deterioração, o prazo de devolução é de 48 horas ou menos, conforme fixado no momento da apreensão.
- (E) o risco do perecimento natural da coisa apreendida é apenas do proprietário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21

A auto-executoriedade dos atos administrativos:

- (A) sujeita-se ao controle judicial.
- (B) aplica-se a todos os casos.
- (C) não pode contrariar interesse particular.
- (D) depende de homologação prévia pelo Ministério Público.
- (E) nem sempre visa ao interesse público.

22

Assinale a modalidade de licitação em que se dispensa a publicação do edital.

- (A) tomada de preços
- (B) convite
- (C) concorrência
- (D) leilão
- (E) pregão eletrônico

23

A autoridade administrativa pode, a qualquer tempo, anular, de ofício, ato eivado de ilegalidade. Se essa decisão prejudicar particular, a autoridade administrativa:

- (A) deve, antes, conferir oportunidade ao particular prejudicado para que possa exercer o contraditório e a ampla defesa.
- (B) não deve abrir espaço para contraditório e ampla defesa, tendo em vista se tratar de obrigação legal do servidor anular os atos eivados de ilicitude, sob pena de responsabilidade pessoal.
- (C) não precisa abrir espaço para o contraditório e ampla defesa, embora possa fazê-lo, se assim entender conveniente.
- (D) incorrerá em improbidade administrativa se conferir oportunidade de contraditório e ampla defesa, visto que, visivelmente, estará advogando interesses privados, ferindo o postulado da moralidade administrativa.
- (E) deverá antes verificar a situação fiscal do particular, negando o direito ao contraditório e ampla defesa se possuir dívida fiscal, regularmente inscrita.

24

Não incide o poder de polícia sobre:

- (A) direitos. (B) liberdades.
- (C) bens. (D) pessoas.
- (E) atividades.

25

No ato administrativo discricionário:

- (A) a motivação é obrigatória.
- (B) a motivação é facultativa, e, se feita, não vincula a Administração aos motivos declarados.
- (C) a autoridade administrativa está sempre subordinada à lei quanto à competência, à forma e à finalidade do ato.
- (D) o desvio de poder não se subordina ao controle do Poder Judiciário.
- (E) a finalidade se confunde com o interesse pessoal do agente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26

O art. 37, VII, da Constituição, que assegura o direito de greve na administração pública, é norma de eficácia:

- (A) plena.
- (B) relativa.
- (C) absoluta.
- (D) contida.
- (E) limitada.

27

Quanto à origem, as Constituições são:

- (A) rígidas e flexíveis.
- (B) escritas e analíticas.
- (C) escritas e democráticas.
- (D) democráticas e outorgadas.
- (E) democráticas e promulgadas.

28

A quebra ilegal de sigilo bancário e fiscal afronta direitos civis:

- (A) da personalidade.
- (B) patrimoniais.
- (C) coletivos.
- (D) difusos.
- (E) individuais homogêneos.

29

O ato por meio do qual se comunica, aos destinatários, que determinada lei foi criada é:

- (A) a sanção. (B) a promulgação.
- (C) a outorga. (D) a publicação.
- (E) o registro.

30

Considera-se uma lei anterior à Constituição e com esta incompatível:

- (A) ineficaz.
- (B) revogada.
- (C) inconstitucional.
- (D) constitucional.
- (E) válida até revogação expressa por outra lei de igual estatura.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

31

Para efeitos das regras dispostas na Lei 2.315/01, é **incorreto** afirmar que os termos "Administração Tributária" ou "Administração Fazendária" são indistintamente utilizados para abranger:

- (A) a Secretaria de Estado de Receita e Controle.
- (B) todos os órgãos a ela vinculados.
- (C) o juízo da dívida ativa.
- (D) os servidores que a integram.
- (E) a própria atividade tributária estatal.

32

Nos termos da Lei 2.315/01, analise as afirmativas a seguir:

- I. Notificação é o ato pelo qual se leva ao conhecimento do administrado qualquer manifestação da Administração Tributária.
- II. Autoridade fiscal é o agente do Fisco dotado de competência funcional para a prática de atos típicos de fiscalização dos tributos de competência do Estado, nos termos da regulação legal apropriada.
- III. Órgão julgador é o centro de competência especializada para decidir, singularmente, os litígios cujas soluções estejam disciplinadas nessa lei.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

33

No que se refere às petições formuladas pelos administrados perante a Administração Fazendária, pode-se afirmar que, salvo em caso de previsão de prazo específico ou no de dano iminente devidamente comprovado, a resposta às petições devem ser dadas no prazo máximo de:

- (A) 20 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 40 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 60 dias.

34

O Agente do Fisco **não** está impedido de realizar controle de atividade econômica ao sujeito passivo quando:

- (A) seja parente consanguíneo ou afim, na linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive.
- (B) tenha mantido ou mantenha relação conjugal ou vida comum.
- (C) tenha sido seu empregado ou empregador.
- (D) tenha contra ele litigado ou esteja litigando, em causa própria, administrativa ou judicialmente.
- (E) em relação a quem teve ou tenha interesse econômico ou financeiro.

35

É competente para declarar a nulidade e atos e termos praticados no processo administrativo fiscal, em qualquer caso e instância:

- (A) a autoridade revisora.
- (B) a autoridade julgadora.
- (C) a autoridade lançadora.
- (D) a autoridade preparadora.
- (E) a autoridade fiscal.

36

Reputam-se válidos e produzem eficácia plena os atos e termos que:

- (A) embora realizados de modo diverso do previsto, preencham-lhes a finalidade essencial ou atinjam o resultado previsto, sem exceção.
- (B) praticados em situação de emergência, sem observância de algum requisito legal, desde que alcancem seus resultados.
- (C) praticados em situação de emergência, sem observância de algum requisito legal, mesmo havendo outras formas de alcançar seus resultados.
- (D) tenham sido praticados em consequência de outro ato ou termo nulo, desde que não os prejudique.
- (E) embora realizados de modo diverso do previsto, preencham-lhes a finalidade essencial ou atinjam o resultado previsto, salvo se vulnerado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

37

Os atos e termos processuais administrativos, inclusive a impugnação e os recursos cabíveis:

- (A) independem de forma determinada, ainda que legalmente exigida.
- (B) devem ser escritos e registrados por meio de processos mecânicos ou eletrônicos.
- (C) devem ser ortografados no vernáculo e conter somente o indispensável à sua finalidade.
- (D) somente podem ser realizados em dias úteis.
- (E) são de caráter privado, face o necessário sigilo.

38

É **incorreto** afirmar que, ao ser lavrado o termo de início de fiscalização, a autoridade fiscal deverá, necessariamente:

- (A) identificar a pessoa e o tributo em questão.
- (B) indicar os períodos de tempo a serem abrangidos pela fiscalização.
- (C) nomear a autoridade fiscal incumbida da realização do trabalho.
- (D) fazer constar o nome e cargo de seu superior hierárquico.
- (E) datar e assinar o termo emitido por meio eletrônico.

39

A fiscalização de sujeito passivo de obrigação tributária ou de qualquer outro dever jurídico deve ser concluída no prazo máximo de:

- (A) 30 (trinta) dias, prorrogáveis por dois períodos iguais.
- (B) 90 (noventa) dias, improrrogáveis.
- (C) 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por igual período.
- (D) 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por igual período.
- (E) 120 (cento e vinte) dias, improrrogáveis.

40

O descumprimento de ordem legal do agente do Fisco competente para a prática do ato configura:

- (A) embaraço à fiscalização.
- (B) desobediência.
- (C) impedimento à fiscalização.
- (D) resistência.
- (E) oposição.

CONTABILIDADE

41

De acordo com a Resolução CFC 750/93 combinada com a Resolução 900/01, assinale a alternativa correta:

- (A) Pelo princípio da atualização monetária, todas as empresas são obrigadas a elaborar e divulgar suas demonstrações contábeis de forma que estas reflitam os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional nos componentes patrimoniais, sem exceção.
- (B) Pelo princípio da atualização monetária, todas as empresas são obrigadas a elaborar e divulgar suas demonstrações contábeis de forma que estas reflitam os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional nos componentes patrimoniais, se a inflação acumulada em 5 anos for igual ou maior que 100%.
- (C) Pelo princípio da atualização monetária, todas as empresas são obrigadas a elaborar e divulgar suas demonstrações contábeis de forma que estas reflitam os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional nos componentes patrimoniais, se a inflação acumulada em 3 anos for igual ou maior que 100%.
- (D) Pelo princípio da atualização monetária, todas as empresas são obrigadas a elaborar e divulgar suas demonstrações contábeis de forma que estas reflitam os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional nos componentes patrimoniais, se a empresa for sociedade anônima de capital aberto.
- (E) Pelo princípio da atualização monetária, todas as empresas são desobrigadas a elaborar e divulgar suas demonstrações contábeis de forma que estas reflitam os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional nos componentes patrimoniais, sem exceção.

42

Determine o valor do Patrimônio Líquido de uma empresa que apresente os seguintes saldos dos grupos patrimoniais:

Ativo Circulante	\$ 1.000,00
Realizável a Longo Prazo	\$ 500,00
Resultado de Exercícios Futuros	\$ 200,00
Passivo Circulante	\$ 800,00
Ativo Permanente	\$ 600,00
Exigível a Longo Prazo	\$ 1.000,00

- (A) \$ 300,00 negativos
 (B) \$ 100,00 negativos
 (C) zero
 (D) \$ 100,00 positivos
 (E) \$ 300,00 positivos

Com base no enunciado a seguir, responda às questões 43 a 45.

A Cia. Comercial Complexa e Extensa apurou o seguinte Balanço Patrimonial em 01/01/2005:

ATIVO	\$	PASSIVO + PL	\$
Ativo circulante	100.000,00	Patrimônio Líquido	100.000,00
Caixa	100.000,00	Capital Social	100.000,00

Durante o primeiro semestre de 2005, ocorreram as seguintes transações:

- Os sócios da Cia. Comercial Complexa e Extensa aumentaram o Capital Social da empresa em \$ 100.000,00, da seguinte forma:
 - \$ 50.000,00 integralizados, imediatamente, em dinheiro;
 - \$ 30.000,00 integralizados, imediatamente, em um terreno localizado na cidade de Corumbá; e
 - \$ 20.000,00 a serem integralizados no ano de 2008.
- A Cia. Comercial Complexa e Extensa comprou 50.000 unidades da mercadoria "Dificuldade", por \$1,50 a unidade (desconsidere os impostos). O pagamento ao fornecedor foi realizado à vista.
- A Cia. Comercial Complexa e Extensa vendeu 45.000 unidades da mercadoria "Dificuldade", por \$ 2,00 a unidade (desconsidere os impostos). A venda foi negociada a prazo.
- A Cia. Comercial Complexa e Extensa recebeu de seus clientes metade (1/2) das Duplicatas a Receber. O restante das duplicatas vencerá, ainda, em 2005 (no segundo semestre).
- No início de abril, a Cia. Comercial Complexa e Extensa obteve um empréstimo bancário no valor de \$ 70.000,00. O principal deverá ser pago em 2009, mas os juros mensais de \$ 400,00 devem ser pagos ao final de cada mês. A Cia. Comercial Complexa e Extensa honrou o pagamento dos juros nos prazos acordados (inclusive no mês de abril).
- No início de maio, a Cia. Comercial Complexa e Extensa comprou um caminhão, à vista, por \$ 60.000,00. Espera-se que esse veículo tenha uma vida útil de 5 anos, ao final do qual se reduzirá a sucata, e o método de depreciação adotado é o linear – cotas constantes. A Cia. Comercial Complexa e Extensa reconheceu a depreciação mensalmente (inclusive no mês de maio).
- A Cia. Comercial Complexa e Extensa incorreu e pagou despesas administrativas de \$ 10.000,00 e despesas comerciais de \$ 5.000,00.

Desconsidere a incidência de qualquer tributo, bem como qualquer outra variável não apresentada neste enunciado.

Sabe-se que 25% do lucro do semestre foram provisionados como dividendos, mas ainda não foram pagos.

43

De acordo com a Lei 6.404/76, determine o valor do Ativo Permanente Imobilizado da Cia. Comercial Complexa e Extensa, apresentado no Balanço Patrimonial apurado em 30/06/2005.

- (A) \$ 58.000,00
 (B) \$ 60.000,00
 (C) \$ 84.000,00
 (D) \$ 88.000,00
 (E) \$ 90.000,00

44

De acordo com a Lei 6.404/76, determine o valor do Lucro Operacional da Cia. Comercial Complexa e Extensa, apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício apurada em 30/06/2005.

- (A) \$ 2.300,00
 (B) \$ 4.300,00
 (C) \$ 5.500,00
 (D) \$ 7.500,00
 (E) \$ 22.500,00

45

De acordo com a Lei 6.404/76, determine o valor do Patrimônio Líquido apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Comercial Complexa e Extensa, apurado em 30/06/2005.

- (A) \$ 180.000,00
 (B) \$ 183.225,00
 (C) \$ 184.300,00
 (D) \$ 200.000,00
 (E) \$ 203.225,00

46

De acordo com a Resolução CFC 750/93, assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo princípio da entidade, a empresa precisa ter um número de inscrição no CNPJ.
 (B) Pelo princípio da continuidade, a empresa não pode encerrar juridicamente suas atividades operacionais.
 (C) Pelo princípio da prudência, deve ser reconhecido o menor valor para o ativo e o maior para o passivo.
 (D) Pelo princípio da competência, o contador precisa ser registrado no CRC para assinar as demonstrações contábeis.
 (E) Pelo princípio da atualização monetária, todas as empresas são obrigadas a elaborar e divulgar suas demonstrações contábeis pela correção monetária integral.

47

A respeito da conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), também chamada de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), analise as afirmativas a seguir:

- I. É uma conta do Passivo.
 II. É uma conta redutora do Ativo.
 III. Tem saldo credor.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
 (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
 (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
 (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas
 (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas

48

A Cia. Comercial Juliana é uma empresa mercantil, contribuinte do ICMS por movimentação econômica (alíquota = zero), contribuinte do IR pelo Lucro Real (25%) contribuinte da CS (10%), contribuinte de PIS e COFINS (2% e 8%, respectivamente) não-contribuinte de IPI nem do ISS. (Observe que, para facilitar os cálculos, as alíquotas deste enunciado não correspondem às alíquotas verdadeiras. Portanto, considere as taxas apresentadas neste enunciado.)

No dia 31/08/2006, a Cia. Comercial Juliana adquiriu 100 unidades do produto "Alegria". Os dados na nota fiscal de compra eram os seguintes:

- o Fornecedor é um atacadista;
- a compra foi negociada FOB no estabelecimento do comprador (*free on board* no destino);
- valor das mercadorias (com impostos) = \$ 2.000,00 pelas 100 unidades;
- ICMS sobre as mercadorias (zero);
- PIS sobre as mercadorias (2%);
- COFINS sobre as mercadorias (8%).

Com base, somente, nessas informações, apure o custo unitário das mercadorias adquiridas em 31/08/2006, que foi lançado no Estoque da Cia. Comercial Juliana.

- (A) \$ 18,00
- (B) \$ 18,40
- (C) \$ 19,60
- (D) \$ 20,00
- (E) \$ 22,00

49

A Cia. Comercial João Paulo é uma empresa mercantil, contribuinte do ICMS por movimentação econômica (alíquota = zero), contribuinte do IR pelo Lucro Presumido, contribuinte de PIS e COFINS (1% e 3%, respectivamente), não-contribuinte de IPI nem do ISS. (Observe que, para facilitar os cálculos, as alíquotas deste enunciado não correspondem às alíquotas verdadeiras. Portanto, considere as taxas apresentadas neste enunciado.)

No dia 22/10/2005, a Cia. Comercial João Paulo adquiriu 100 unidades do produto "Amor". Os dados na nota fiscal de compra eram os seguintes:

- o Fornecedor é um atacadista;
- a compra foi negociada FOB no estabelecimento do comprador (*free on board* no destino);
- valor das mercadorias (com impostos) = \$ 2.000,00 pelas 100 unidades;
- ICMS sobre as mercadorias (zero);
- PIS sobre as mercadorias (1%);
- COFINS sobre as mercadorias (3%).

Com base, somente, nessas informações, apure o custo unitário das mercadorias adquiridas em 22/10/2005, que foi lançado no Estoque.

- (A) \$ 18,00
- (B) \$ 18,40
- (C) \$ 19,60
- (D) \$ 20,00
- (E) \$ 22,00

50

A respeito da conta Ações em Tesouraria, analise as afirmativas a seguir:

- I. É uma conta do Ativo.
- II. É uma conta redutora do Patrimônio Líquido.
- III. Tem saldo credor.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

51

No processo de instalação do Linux, as principais bibliotecas de sistema e os arquivos de configuração e scripts de inicialização ficam armazenados nos seguintes diretórios:

- (A) /bin e /etc.
- (B) /bin e /root.
- (C) /lib e /etc.
- (D) /lib e /root.
- (E) /lib e /sys.

52

Um agente tributário está digitando um texto no Word 2002 BR em um documento com muitas páginas e incluiu no cabeçalho de cada página uma imagem colorida — a logomarca da *Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul*. Ele observou que isso resultou em aumento significativo no tamanho do documento. Para solucionar o problema mantendo a logomarca no cabeçalho, esse funcionário deverá empregar o recurso:

- (A) criar um vínculo no Word para o arquivo da logomarca.
- (B) converter a imagem para o formato compactado JPEG.
- (C) utilizar uma macro para inserir a imagem em formato texto.
- (D) salvar a imagem colorida para um arquivo exclusivamente com tons de cinza.
- (E) redimensionar a imagem para a resolução de 800 X 600 por meio do Flash MX.


53

No Excel, um usuário digitou $=12+36/3^2$ na célula F13. Nessa célula será visto o seguinte número:

- (A) 5.
- (B) 16.
- (C) 134.
- (D) 156.
- (E) 576.

54

Um funcionário está acessando o site do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul por meio do navegador Internet Explorer, versão 6 em português. Esse funcionário primeiramente atualizou o conteúdo da página e, em seguida, acionou Favoritos. Para isso, clicou, respectivamente, nos seguintes ícones:

- (A)  e 
- (B)  e 
- (C)  e 
- (D)  e 
- (E)  e 

55

Observe as figuras I e II abaixo, que se referem, respectivamente, às telas do Internet Explorer 6, versão em português, sem e com opção de Tela Inteira.

Figura 1



Figura 2



Para acionar o recurso de tela inteira e passar da figura 1 para a 2, deve-se pressionar a tecla:

- (A) F5.
- (B) F6.
- (C) F7.
- (D) F11.
- (E) F12.

56

Os microcomputadores atuais utilizam memória RAM com capacidade de armazenamento na seguinte faixa de valores:

- (A) 1 a 16 MBytes.
- (B) 10 a 100 kBytes.
- (C) 20 a 200 GBytes.
- (D) 128 a 512 GBytes.
- (E) 64 a 1024 MBytes.

57



No sistema operacional Windows XP, clicar com o ponteiro do mouse sobre o botão iniciar, representado pela figura acima, equivale à execução do seguinte atalho de teclado:

- (A) <Alt> + Tab.
- (B) <Ctrl> + Tab.
- (C) <Alt> + Ins.
- (D) <Ctrl> + Esc.
- (E) <Alt> + Esc.

58



No contexto do Powerpoint 2002 BR, um usuário pressionou o ícone representado pela figura acima para executar uma determinada atividade e, em seguida, teclou em F5. O ícone pressionado e a tecla possuem os seguintes significados:

- (A) Inserir WordArt / Exibir Apresentação.
- (B) Inserir ClipArt / Imprimir Slide.
- (C) Inserir Texto / Verificar Ortografia.
- (D) Inserir WordArt / Imprimir Slide.
- (E) Inserir ClipArt / Exibir Apresentação.

59

Como objetivo de assegurar a segurança dos dados, atualmente tem crescido a importância da atividade de backup. Além do disquete de 3 1/2 pol – 1,44 MB, têm sido empregados nessa atividade os seguintes componentes de hardware:

- (A) USB, HD e FLASH MEMORY.
- (B) RAM, DVD-RAM e ZIP DRIVE.
- (C) CD/RW, DVD/RW e FITAS DAT.
- (D) MODEM, PENDRIVE e FLASH RAM.
- (E) ROM, DVD-R e FITAS STREAMMER.

60

Na implementação de uma rede Ethernet padrão IEEE-802.3, a conexão dos microcomputadores ao hub é realizada por meio de transmissão denominado par trançado UTP e pelo conector conhecido por:

- (A) AUI.
- (B) BNC.
- (C) RJ-45.
- (D) RJ-11.
- (E) RG-58.



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

<http://concurso.fgv.br>